



bases

FUNDAÇÃO BANE B DE
SEGURIDADE SOCIAL



2018

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

RESUMO

DIRETORIA EXECUTIVA

Ingyrd Cunha Lemos - Presidente
Ivan Sérgio Edington Santos - Diretor de Seguridade
Nelsiene Santos Sena - Diretora Adm. e Financeira

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira - Presidente
Antônio Carlos Nascimento de Almeida
Antônio Martins Neto
José Gomes do Prado Filho
Mineia Rubia dos Reis Xavier

SUPLENTES

André Luiz de Macedo Gonçalves
Antônio Alberigam Santos Lima
Fernando Santos Braga
José Henrique Soares Serpa
Nelson Ney Pires Gomes Santana
Luis Artur Pereira Freitas

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Hilda Maria Ribeiro Chagas - Presidente
Antônio Monteiro Soares
Dijalma Pacheco dos Santos

SUPLENTES

Eduardo Rangel Gomes Silva Souza
Geiza Moreira Silva Duarte Batista
Josué José Evangelista Júnior

Índice

04	Mensagem ao Participante
05	Panorama geral dos participantes em 2018
05	Receitas
06	Despesas
07	Distribuição dos Investimentos
08	Demonstrativo de Investimentos
09	Rentabilidade
10	Custos com Administração de Recursos
11	Política de Investimentos
12	Parecer Atuarial do Plano Básico
16	Parecer Atuarial do Plano Misto
19	Balanco Patrimonial Consolidado
19	Demonstração do Ativo Líquido
20	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
21	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
22	Demonstração das Provisões Técnicas
23	Demonstração Consolidada do PGA
23	Demonstração das Despesas Administrativas
24	Relatório dos Auditores Independentes
25	Parecer do Conselho Fiscal
25	Manifesta�o do Conselho Deliberativo

Mensagem aos participantes

Em conformidade com a Resolução CGPC 23/2006 e CNPC nº 02/2011, bem como à instrução Previc nº 22/2015 a BASES apresenta aos Participantes o Relatório Anual de Informações 2018. Reunimos aqui um panorama geral da Entidade, com dados relevantes sobre o desempenho dos planos de benefícios e dos investimentos no último ano.

Em 2018, o comportamento da economia trouxe grandes desafios para nossa equipe. O cenário econômico manteve-se conturbado, principalmente em função das incertezas na área política, guerra comercial internacional e a greve dos caminhoneiros que, em maio, parou o país e trouxe muitas consequências para a economia real. Mesmo assim, a nossa estratégia de alocação dos investimentos em renda variável permitiu que a Entidade melhorasse os números do Plano Básico ao final do período.

O ano de 2018 também foi marcado pela renovação Diretoria Executiva e também de membros dos Órgãos Estatutários. A BASES realizou o processo eleitoral para escolha dos representantes dos participantes na Diretoria de Seguridade e nos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Também foram empossados novos dirigentes indicados pelo Patrocinador.

Os novos dirigentes assumiram com a responsabilidade de promover ainda mais transparência e aproximação da Entidade com seus participantes.

Ao apresentar este relatório, a BASES reafirma seu compromisso em atender os dispositivos legais e os padrões de Governança Corporativa para que os participantes tenham pleno conhecimento do desempenho de seu plano.

Temos a clareza e a consciência do importante papel que desempenhamos na missão de assegurar um futuro mais tranquilo aos nossos participantes ativos e assistidos. Em 2019, continuaremos aperfeiçoando o trabalho que realizamos na busca dos melhores resultados para os investimentos.

Acompanhar o seu Plano de Previdência é a melhor forma de você contribuir para que possamos seguir superando os desafios que estão por vir.

Diretoria Executiva

Ingyrd Cunha Lemos
PRESIDENTE

Ivan Sérgio Edington Santos
DIRETOR DE SEGURIDADE

Nelsiene Santos Sena
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Panorama geral dos participantes em 2018

A BASES encerrou o exercício de 2018 com um total de 1.938 participantes, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.531 são assistidos (pessoas que estão recebendo benefícios), 388 ativos e 19 autopatrocinados (participante que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e opta em permanecer na Bases, contribuindo mensalmente, com os mesmos valores de quando estava ativo, ou seja, com os valores de suas contribuições e os do patrocinador. A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

PARTICIPANTES SITUAÇÃO	QUANTIDADE 2018		
	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
ATIVOS	62	326	388
AUTOPATROCINADOS	1	16	17
ASSISTIDOS	1.177	354	1.531
TEMPO DE SERVIÇO	610	114	724
INVALIDEZ	324	180	504
PRÉ-INVALIDEZ	0	18	18
IDADE	7	19	26
PENSÃO	236	23	259
TOTAL	1.240	696	1.936

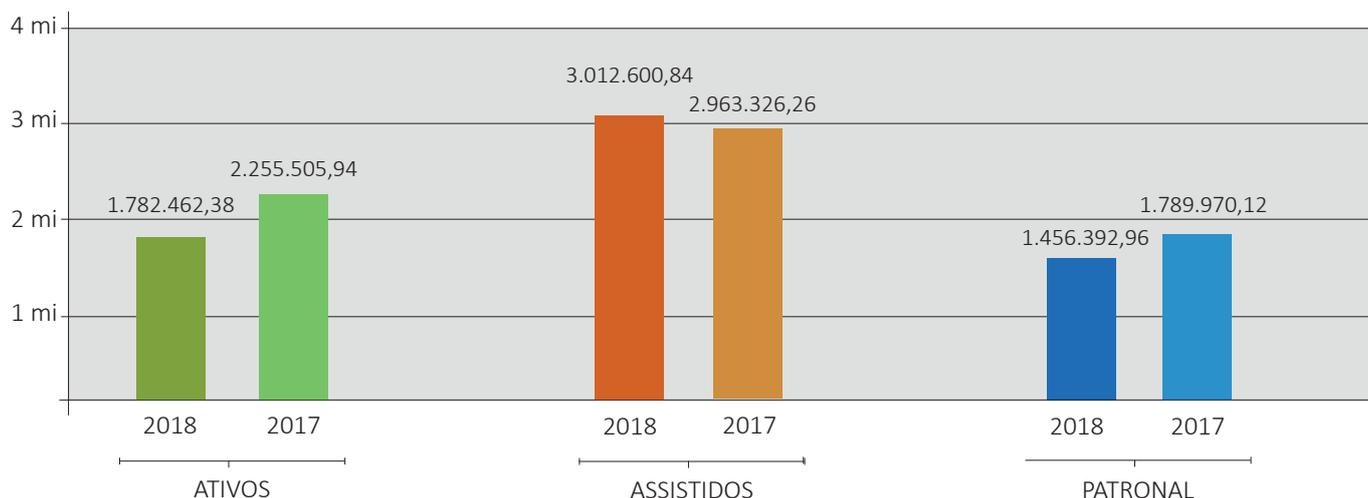
Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representadas pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. Em 2018, as receitas, somados os dois Planos de Benefícios, alcançaram o valor de R\$ 6.251.456,18.

RECEITAS CONTRIBUIÇÕES	PLANOS			
	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO	
	2018	2017	2018	2017
ATIVOS	249.823,71	342.531,14	1.532.638,67	1.912.974,80
ASSISTIDOS	3.012.600,84	2.963.326,26	0,00	0,00
PATRONAL	487.399,11	618.390,26	968.993,85	1.171.579,86
TOTAL	3.749.823,66	3.924.247,66	2.501.632,52	3.084.554,66

Contribuições 2018 - Valores Consolidados

(R\$ milhões)



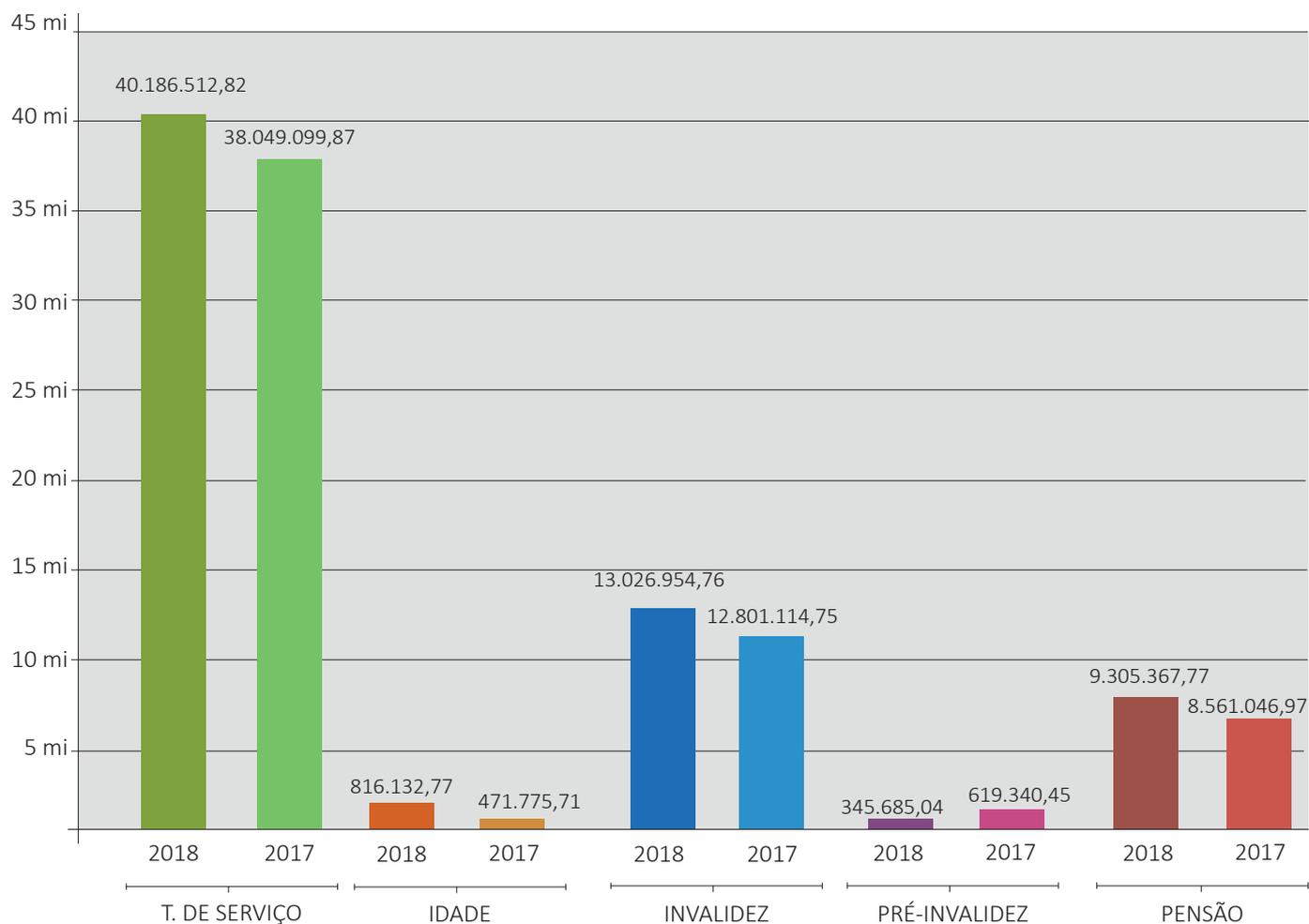
Despesas

As despesas previdenciais com a folha de benefícios no ano de 2018 foram de R\$ 63.680.653,16. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 52.887.357,92 e a folha do Plano Misto, R\$ 10.793.295,24. A seguir apresentamos quadro demonstrativo dos benefícios.

DESPESAS	PLANOS			
	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO	
	2018	2017	2018	2017
TEMPO DE SERVIÇO	35.890.875,95	35.326.939,71	4.295.636,87	2.722.160,16
INVALIDEZ	8.213.197,49	8.058.256,83	4.813.757,27	4.742.857,92
PRÉ-INVALIDEZ	0,00	0,00	345.685,04	619.340,45
IDADE	97.203,34	99.117,27	718.929,43	372.658,44
PENSÃO	8.686.081,14	7.991.779,48	619.286,63	569.267,49
TOTAL	52.887.357,92	51.476.093,29	10.793.295,24	9.026.284,46

Folha de Benefícios 2018 - Valores Consolidados

(R\$ milhões)



Distribuição de Investimentos

ANOS	2018		2017	
PLANO BÁSICO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	579.419.442,25	91,23%	586.517.798,47	91,28%
EMPRÉSTIMO	9.530.001,01	1,50%	9.090.983,95	1,42%
IMÓVEIS	46.170.880,21	7,27%	46.934.813,62	7,30%
TOTAL PB	635.120.323,47	100,00%	642.543.596,04	100,00%
PLANO MISTO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	297.163.849,59	97,57%	297.883.373,07	97,84%
EMPRÉSTIMO	7.410.873,34	2,43%	6.581.133,63	2,16%
TOTAL PM	304.574.722,93	100,00%	304.464.506,70	100,00%
CONSOLIDADO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	876.583.291,84	93,28%	884.401.171,54	93,39%
EMPRÉSTIMO	16.940.874,35	1,80%	15.672.117,58	1,65%
IMÓVEIS	46.170.880,21	4,91%	46.934.813,62	4,96%
TOTAL GERAL	939.695.046,40	100,00%	947.008.102,74	100,00%

Demonstrativo de Investimentos - Plano Básico

ANOS	2018	2017
PLANO BÁSICO		
1. Gestão de Carteira Própria	53.953.540,52	45.511.847,77
1.1 Depósitos	-	23.292,07
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	7.672.833,69	7.750.576,35
Carteira Imobiliária	46.170.880,21	46.924.429,57
Valores a Pagar/Receber	109.826,62	(9.186.450,22)
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	579.419.442,07	586.494.506,38
BRADESCO FI RF REF DI PREMIUM		50.431.512,41
BRADESCO FI MM FEB BD		536.062.993,96
3. Total Demonstrativo de Investimentos	633.372.982,60	632.006.354,15

Demonstrativo de Investimentos - Plano Misto

ANOS	2018	2017
PLANO MISTO		
1. Gestão de Carteira Própria	4.648.883,33	1.249.157,17
1.1 Depósitos	6.000,00	360,00
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	4.645.700,48	4.792.164,92
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	(2.817,15)	(3.543.367,75)
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	297.163.849,58	297.883.012,99
BRADESCO FI MM FEB II CD	297.163.849,58	297.883.012,99
3. Total Demonstrativo de Investimentos	301.812.732,91	299.132.170,16

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

ANOS	2018	2017
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
1. Gestão de Carteira Própria	-	1,03
1.1 Depósitos	-	1,03
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	-	-
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	-	-
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	15.494.300,58	14.396.269,17
BRADESCO FI RF CP TOP BANCOS	2.561.468,34	2.408.533,36
BRADESCO FI RF DI FEDERAL EXTRA	12.932.832,23	11.987.735,81
3. Total Demonstrativo de Investimentos	15.494.300,58	14.396.270,21

Rentabilidade Acumulada dos Planos

ANO	RENTABILIDADE ACUMULADA	
	PLANO BÁSICO	META ATUARIAL
2018	9,49%	8,62%
2017	11,18%	7,17%

ANO	RENTABILIDADE ACUMULADA	
	PLANO MISTO	META ATUARIAL
2018	9,92%	12,66%
2017	10,82%	4,19%

Rentabilidade por Plano e por Segmento de Aplicação

PLANO BÁSICO	2018	2017
RENDA FIXA	9,62%	9,73%
EMPRÉSTIMO	17,54%	14,55%
IMÓVEIS	4,61%	30,17%
PLANO (INVESTIMENTOS)	9,49%	11,18%

PLANO MISTO	2018	2017
RENDA FIXA	9,90%	10,79%
EMPRÉSTIMO	25,09%	12,82%
PLANO (INVESTIMENTOS)	9,92%	10,82%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	2018	2017
RENDA FIXA	6,24%	9,97%
PGA (INVESTIMENTOS)	6,24%	9,97%

Custos com Administração de Recursos

PLANO BÁSICO	1º SEMESTRE 2018				2º SEMESTRE 2018				TOTAL	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANO	
DESPESAS	R\$	%								
TX ADM.	83.023,33	70,25%	87.196,62	73,33%	98.165,31	75,85%	91.333,53	71,20%	359.718,79	72,70%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TX ANBIMA	930,00	0,79%	1.860,00	1,56%	930,00	0,72%	1.860,00	1,45%	5.580,00	1,13%
TX CETIP	7.468,19	6,32%	8.105,69	6,82%	7.859,24	6,07%	7.534,87	5,87%	30.967,99	6,26%
TX SELIC	2.826,35	2,39%	2.758,59	2,32%	2.864,65	2,21%	2.837,76	2,21%	11.287,35	2,28%
AUDITORIA	5.500,00	4,65%	-	0,00%	-	0,00%	5.638,00	4,40%	11.138,00	2,25%
CUSTÓDIA	6.386,41	5,40%	6.707,45	5,64%	7.551,18	5,83%	7.025,65	5,48%	27.670,69	5,59%
CVM	12.029,55	10,18%	12.029,55	10,12%	12.029,55	9,30%	12.029,55	9,38%	48.118,20	9,73%
OUTROS	16,59	0,01%	255,08	0,21%	13,69	0,01%	9,96	0,01%	295,32	0,06%
TOTAL	118.180,42	100,00%	118.912,98	100,00%	129.413,62	100,00%	128.269,32	100,00%	494.776,34	100,00%

PLANO MISTO	1º SEMESTRE 2018				2º SEMESTRE 2018				TOTAL	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANO	
DESPESAS	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
TX ADM.	45.938,48	67,96%	47.927,81	67,47%	49.775,56	72,50%	46.487,29	67,38%	190.129,14	68,82%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TX ANBIMA	747,00	1,11%	1.494,00	2,10%	747,00	1,09%	1.494,00	2,17%	4.482,00	1,62%
TX CETIP	6.678,85	9,88%	7.032,38	9,90%	7.077,41	10,31%	6.848,54	9,93%	27.637,18	10,00%
TX SELIC	1.659,06	2,45%	1.613,29	2,27%	1.576,74	2,30%	1.549,93	2,25%	6.399,02	2,32%
AUDITORIA	-	0,00%	-	0,00%	5.637,99	8,21%	-	0,00%	5.637,99	2,04%
CUSTÓDIA	3.533,70	5,23%	3.686,70	5,19%	3.828,88	5,58%	3.575,93	5,18%	14.625,21	5,29%
CVM	9.022,16	13,35%	9.022,16	12,70%	-	0,00%	9.022,16	13,08%	27.066,48	9,80%
OUTROS	16,59	0,02%	255,08	0,36%	15,00	0,02%	15,29	0,02%	301,96	0,11%
TOTAL	67.595,84	100,00%	71.031,42	100,00%	68.658,58	100,00%	68.993,14	100,00%	276.278,98	100,00%

CONSOLIDADO	1º SEMESTRE 2018				2º SEMESTRE 2018				ANO	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE			
DESPESAS	R\$	%								
TX ADM.	128.961,81	69,42%	135.124,43	71,14%	147.940,87	74,69%	137.820,82	69,87%	549.847,93	71,31%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TX ANBIMA	1.677,00	0,90%	3.354,00	1,77%	1.677,00	0,85%	3.354,00	1,70%	10.062,00	1,30%
TX CETIP	14.147,04	7,62%	15.138,07	7,97%	14.936,65	7,54%	14.383,41	7,29%	58.605,17	7,60%
TX SELIC	4.485,41	2,41%	4.371,88	2,30%	4.441,39	2,24%	4.387,69	2,22%	17.686,37	2,29%
AUDITORIA	5.500,00	2,96%	-	0,00%	5.637,99	2,85%	5.638,00	2,86%	16.775,99	2,18%
CUSTÓDIA	9.920,11	5,34%	10.394,15	5,47%	11.380,06	5,75%	10.601,58	5,37%	42.295,90	5,49%
CVM	21.051,71	11,33%	21.051,71	11,08%	12.029,55	6,07%	21.051,71	10,67%	75.184,68	9,75%
OUTROS	33,18	0,02%	510,16	0,27%	28,69	0,01%	25,25	0,01%	597,28	0,08%
TOTAL	185.776,26	100,00%	189.944,40	100,00%	198.072,20	100,00%	197.262,46	100,00%	771.055,32	100,00%

Aderência à Política de Investimentos de 2018

SEGMENTOS	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018				ENQUADRAMENTO BASES 2018		
	RESOL. 3792	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	91,23%	97,57%	100%
Renda Variável	70%	20%	20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. Estruturados	20%	15%	15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. no Exterior	10%	5%	5%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo a Participantes	15%	15%	15%	0,00%	1,50%	2,43%	0,00%
Imóveis	20%	8%	5%	0,00%	7,27%	0,00%	0,00%
Total					100,00%	100,00%	100,00%

Quadro Resumo da Política de Investimentos para o ano de 2019

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2019 a 12/2019	INPC	Plano de Benefício Definido- Básico CNPB: 19.860.002-65	5,00%
01/2019 a 12/2019	IGP-M	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	4,75%
01/2019 a 12/2019	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa- PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 332ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 07/12/2018

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/01/2019 a 31/12/2019	Plano	Ingrid Cunha Lemos	Presidente

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não	Realiza Estudos de ALM: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	

ALOCÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

PLANO BÁSICO

SEGMENTO	LIMITE RES. 3.792	ALOCÇÃO MÍNIMA %	ALOCÇÃO MÁXIMA %	ALOCÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
RENDA FIXA	100	0	100	81	INPC + 5,00% a.a
RENDA VARIÁVEL	70	0	20	10	IBX + 3,00% a.a
IMÓVEIS	20	0	8	0	INPC + 5,00% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15	0	15	4	INPC + 5,00% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20	0	15	5	INPC + 5,00% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10	0	5	0	INPC + 5,00% a.a

PLANO MISTO

SEGMENTO	LIMITE RES. 3.792	ALOCÇÃO MÍNIMO %	ALOCÇÃO MÁXIMO %	ALOCÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
RENDA FIXA	100	0	100	81	IGP-M + 4,75% a.a
RENDA VARIÁVEL	70	0	20	10	IBX + 3,00% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15	0	15	4	IGP-M + 4,75% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20	0	15	5	IGP-M + 4,75% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10	0	5	0	IGP-M + 4,75% a.a

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	LIMITE RES. 3.792	ALOCÇÃO MÍNIMO %	ALOCÇÃO ALVO%	ALOCÇÃO MÁXIMO %	META DE RENTABILIDADE
RENDA FIXA	100	0	100	100	CDI

Parecer Atuarial do Plano Básico

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentada nesta Demonstração Atuarial (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total puro de 12,80% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	CUSTO (%)
TIPO DE BENEFÍCIO	ANO ANTERIOR	ANO ATUAL
APOSENTADORIAS *1	11,556%	11,61%
INVALIDEZ	0,188%	0,20%
PENSÃO POR MORTE	0,010%	0,05%
PECÚLIO POR MORTE*2	0,960%	0,94%
AUXÍLIO RECLUSÃO *2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	12,714%	12,80%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	2,244%	2,26%
SUB-TOTAL (2)	2,244%	2,26%
TOTAL (1)+(2)	14,958%	15,06%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Custo coberto por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinador: 15% das Contribuições Normais

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2018, a idade média dos Participantes Ativos é de 64 anos.

2) O custo total carregado com a sobrecarga administrativa de 15%, reavaliado em 15,06% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2018, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Referência	Ano Anual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	5,198%
Contribuição Normal do Patrocinador *2	9,862%
Sub-Total	15,06%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinador + Participantes Ativos)	15,06%
Contribuições Normais dos Assistidos	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

*1: Contribuições Normais carregadas com a sobrecarga administrativa de 15%.

NOTA: A contribuição dos autopatrocinados, com base nos resultados da presente avaliação atuarial, relativa à parcela que os mesmos fazem à parte do Patrocinador, deverá ser ajustada, a partir do início de vigência do Plano de Custeio para o exercício de 2019, para o correspondente a 1,89789 vezes a contribuição que fazem relativamente à parte do Participante.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 15,06% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado em 31/12/2017, de 15,06% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado em 31/12/2017.

3) Para o exercício de 2019, o Plano de Custeio do Plano Básico continuará sendo elaborado tomando por base as Contribuições Normais vigentes no Regulamento do Plano, tais sejam:

I – contribuição mensal dos participantes não assistidos, mediante o recolhimento de um percentual do salário de participação, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano;

II – contribuição mensal dos participantes assistidos, mediante o recolhimento de percentuais do benefício concedido pelo PLANO,

considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano; e
IV – contribuição mensal dos PATROCINADORES, mediante o recolhimento de percentuais da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano.

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2019 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

Varição das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2017 para o final do ano 2018 considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2017	31/12/2018	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	603.017.587,88	610.737.074,75	1,28%
Provisão de Benefícios a Conceder	27.152.582,16	25.718.555,22	-5,28%
Provisão Matemática a Constituir (*1)	-	-	
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	630.170.170,04	636.455.629,97	1,00%

(valores em R\$)

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) da BASES, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 01/07/1998, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2017, considerando que estarão sendo mantidas a partir de 01/04/2019 as Contribuições Normais vigentes no Regulamento do Plano (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como Reserva de Contingência para reduzir contribuições vigentes), apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (1.653.714,30), equivalente a 0,26% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 634.801.915,67.

2) O Déficit Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2018, de R\$ (1.653.714,30), que após calculado o valor do ajuste de precificação, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (9.055.315,62), tendo em vista que o valor do ajuste de precificação calculado através do Sistema Ventura, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00% ao ano e o valor contábil desses títulos, totalizou R\$ (7.401.601,32) em 31/12/2018. Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (9.055.315,62) equivale a 1,42% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 636.455.629,97 na posição de 31/12/2018 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada na posição de 31/12/2018 em 9,09 anos, conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26/2008, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômica financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, considerando que o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo é inferior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de } 9,09 \text{ anos} - 4)$, que resulta em um limite de Equilíbrio Técnico Ajustado negativo que pode ser mantido no Plano Básico de até 5,09% das Provisões Matemáticas na posição de 31/12/2018, para o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo apurado neste encerramento do exercício de 2018, equivalente a 1,42% das Provisões Matemáticas, não é obrigatório que seja elaborado e/ou aprovado, durante o exercício de 2019, um plano de equacionamento.

3) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2018 pelo Patrimônio de Cobertura do Plano foi de 9,16% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 9,01%, o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 5,14% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES, na obtenção das referidas rentabilidades.

4) Foram adotadas as seguintes Hipóteses Atuariais na Avaliação Atuarial de 31/12/2018:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 5,00% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: 4,88% ao ano.

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Não aplicável, por se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Composição Familiar: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Pensões por Morte e Experiência Regional, revista em 2017

pelo Novo Hx(12), nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98,00% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

x) Entrada em Aposentadoria calculada considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

5) Devemos destacar que o setor responsável da BASES nos informou que não há contrato de dívidas contabilizado no ativo vigente em 31 de dezembro de 2018.

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta DA e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios do Plano, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial de 31/12/2018, refletida nesta DA.

Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2017 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2018 (*1)	R\$ 3.442.727,19
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2018 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 910.580,34
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ (6.007.021,83)
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2018	R\$ (1.653.714,30)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ (1.653.714,30)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (1.653.714,30)
b) Ajuste de Precificação	R\$ (7.401.601,32)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b) (*4)	R\$ (9.055.315,62)

(*1): R\$ 3.442.727,19 = R\$ 3.158.175,57 x 1,0901 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2017 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2017 evoluído para 31/12/2018 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 0,94% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2018 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2018, tais como a composição familiar utilizada na avaliação atuarial dos benefícios de aposentadorias já concedidos. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*4): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na legislação vigente, que representa 1,42% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2018, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (1.653.714,30) é caracterizado, em parte, como sendo de origem conjuntural, referente a perda de rentabilidade apurada em exercícios passados, sabendo que no exercício de 2018 foram obtidos resultados de rentabilidade pouco acima do projetado para o período. Por parcela que pode ser caracterizada como sendo de origem estrutural, tendo em vista a necessidade de adequação de Hipóteses Atuariais a evolução das características apresentadas na massa de participantes e assistidos do Plano ao longo do tempo, bem como por outros fatores de origens diversas e pulverizados inerentes a um Plano de Benefícios estruturado na modalidade de Benefícios Definidos.

Soluções para Equacionamento do Déficit:

Apesar de não ser determinado pela legislação a necessidade de realização de um plano de equacionamento ao longo do exercício de 2019 para o Equilíbrio técnico Ajustado negativo apurado no encerramento do exercício de 2018, de R\$ (9.055.315,62), que equivale a 1,42% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas, nos termos estabelecidos pelo Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, situações de déficit que vem sendo apresentadas exigem o necessário monitoramento e controle por parte dos Dirigentes e Conselheiros da Entidade, com todo o auxílio técnico de nossa Consultoria Atuarial. Neste contexto, para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, realizamos o acompanhamento constante das Avaliações Atuariais (que são realizadas pelo Método Direto no encerramento de cada exercício em atendimento a legislação vigente e de forma adicional, por caráter intermediário) e das necessidades do Plano Básico da BASES de forma a indicar, no tempo adequado, os ajustes e atualizações do custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções para qualquer desequilíbrio apresentado, que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assistidos e da Patrocinadora sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

Nos valores informados como provisões matemáticas estão inclusas as provisões referentes ao benefício de pecúlio por morte, por sua constituição não caracterizar um benefício com participantes recebendo benefício de prestação continuada.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Parecer Atuarial do Plano Misto

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (DA) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 7,52% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	CUSTO (%)
TIPO DE BENEFÍCIO	ANO ANTERIOR	ANO ATUAL
APOSENTADORIAS *1	5,725%	5,82%
INVALIDEZ	0,535%	0,52%
PENSÃO POR MORTE	0,051%	0,05%
PECÚLIO POR MORTE*2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	6,311%	6,39%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	1,114%	1,13%
SUB-TOTAL (2)	1,114%	1,13%
TOTAL (1)+(2)	7,425%	7,52%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Administração igual a 33,24% da Contribuição do Patrocinador ($0,3324 \times 3,400\% = 1,13\%$), limitada a 15% do total das contribuições previdenciárias.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2018, a idade média dos participantes ativos é de 54 anos.

2) O custo total reavaliado de 7,52% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2019, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Referência	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	4,12%
Contribuição Normal do Patrocinador *2	3,40%
Sub-Total	7,52%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	7,52%
Contribuições Normais dos Assistidos	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

*1: A destinação das contribuições do Patrocinador, cujo valor mensal, em conformidade com o plano de custeio, está fixado em 3,40% da folha do salário real de contribuição dos empregados participantes, deve continuar a observar a seguinte regra de rateio que está vigente até que uma reavaliação atuarial indique a necessidade de se ajustar tal rateio:

- 33,24% das contribuições do Patrocinador se destinam à cobertura dos gastos administrativos: $[(15\% \times 7,52\% \div 3,40\%)]$;

- 16,76% das contribuições do Patrocinador se destinam ao Fundo de Risco destinado a dar cobertura aos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pecúlio por morte em atividade e pensão por morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez): $[(0,52\% + 0,05\%) \div 3,400\%]$;

- 50,00% das contribuições do Patrocinador se destinam a reforçar o saldo das Reservas Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos: $[(5,82\% - 4,12\%) \div 3,40\%]$.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 7,52% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2018, de 7,52% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2018.

Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2017 para o final do ano 2018 considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2017	31/12/2018	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	127.378.616,80	157.655.087,54	23,77%
Provisão de Benefícios a Conceder	148.594.847,16	118.558.472,47	-20,21%
Provisão Matemática a Constituir (*1)	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	275.973.463,96	276.213.560,01	0,09%

(valores em R\$)

FATO RELEVANTE: Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente à diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial do exercício e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas. Tal Provisão, que já está incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas nesta avaliação atuarial de 31/12/2018, considerando a taxa real de juros/desconto de 4,75% ao ano e as Tábuas de Mortalidade, Geral “ q_x da AT-2000 (segregada por sexo) desagradada em 15%” e de Inválidos “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”, assumiu em 31/12/2018 o valor de: R\$ 35.746.322,47.

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-actuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2018, utilizando os mesmos regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2017, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2018, as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 25.924.550,09, equivalente a 8,58% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 302.138.110,10.

2) O Superávit Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2018, de R\$ 25.924.550,09, após calculado o valor do ajuste de precificação pelo Sistema Venturo, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 18.600.131,85, tendo em vista que o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 4,75% ao ano e o valor contábil desses títulos, totalizou R\$ (7.324.418,24) em 31/12/2018.

3) A rentabilidade líquida do ano de 2018, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2018, informada pela BASES, foi de 9,69%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 14,90%, corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2017 a novembro/2018, utilizando um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 4,75% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 0,20% contra uma meta atuarial de 4,75% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

4) Foram adotadas as seguintes Hipóteses Atuariais na Avaliação Atuarial de 31/12/2018:

i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (segregada por sexo) desagradada em 15%.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

iv) Taxa real de juros/desconto: 4,75% ao ano.

v) Crescimento Real de Salário: 1% ao ano

vi) Composição Familiar: Em relação à composição familiar, está sendo adotada a Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98,00% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

viii) Entrada em Aposentadoria calculada considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

5) Devemos destacar que o setor responsável da BASES nos informou que não há contrato de dívidas contabilizado no ativo vigente em 31 de dezembro de 2018.

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta DA e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios do Plano, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial de 31/12/2018, refletida nesta DA.

Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2017 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2018 (*1)	R\$ 26.012.994,58
Perda decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2018 ter sido inferior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ (9.958.411,08)
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*)	R\$ (9.869.966,59)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2018	R\$ 25.924.550,09
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ 25.924.550,09
a.1) Superávit Técnico Acumulado	R\$ 25.924.550,09
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-
b) Ajuste de Precificação	R\$ (7.324.418,24)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ 18.600.131,85

(*1): $R\$ 26.012.994,58 = R\$ 23.715.010,10 \times 1,0969$ (tomando como indexador o IGP-M da FGV aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2018 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2017 evoluído para 31/12/2018 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 3,57% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2018 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2018. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios com Benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial, inclusive com os Resgates realizados ao longo do ano de 2018.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2018 de R\$ 25.924.550,09, nos termos da legislação vigente, foi registrado como Reserva de Contingência, cujo o objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, é caracterizado, em parte, como sendo de origem conjuntural, sabendo que no exercício de 2018 que não foram obtidos resultados de rentabilidade acima do projetado para o período, não sendo, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

Nos valores informados como provisões matemáticas estão inclusas as provisões referentes ao benefício de pecúlio por morte, por sua constituição não caracterizar um benefício com participantes recebendo benefício de prestação continuada.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Balanco Patrimonial Consolidado

valores em R\$ mil

ATIVO	NE	Exercício 2018	Exercício 2017	PASSIVO	NE	Exercício 2018	Exercício 2017
DISPONÍVEL	(5)	6	24	EXIGÍVEL OPERACIONAL		2.994	15.719
				Gestão Previdencial	(10)	2.139	2.030
REALIZÁVEL		960.635	967.909	Gestão Administrativa	(11)	849	877
Gestão Previdencial		9.725	9.375	Investimentos	(12)	6	12.812
Gestão Administrativa	(6)	231	211				
Investimentos	(7)	950.679	958.323	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		4.116	4.063
Fundos de Investimento	(8)	892.078	898.774	Gestão Previdencial	(13)	4.116	4.063
Investimentos Imobiliários		46.283	47.006				
Empréstimos		12.318	12.543	PATRIMÔNIO SOCIAL	(14)	954.905	949.597
				Patrimônio de Cobertura do Plano		936.940	933.017
				Provisões Matemáticas		912.669	906.144
				Benefícios Concedidos		768.392	730.396
				Benefícios a Conceder		144.277	175.748
PERMANENTE		1.374	1.446	Equilíbrio Técnico		24.271	26.873
Imobilizado	(9)	1.374	1.446	Resultados Realizados		24.271	26.873
				Superávit Técnico Acumulado		24.271	26.873
				Fundos		17.965	16.580
				Fundos Administrativos		16.250	15.177
				Fundos dos Investimentos		1.715	1.403
TOTAL DO ATIVO		962.015	969.379	TOTAL DO PASSIVO		962.015	969.379

As Notas Explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Varição (%)
1. Ativos	644.715	652.028	(1,12)
Disponível	0	23	0,00
Recebível	11.340	10.753	5,46
Investimento	633.375	641.252	(1,23)
Fundos de Investimento	579.419	586.495	(1,21)
Investimentos Imobiliários	46.283	47.007	(1,54)
Empréstimos	7.673	7.751	(1,00)
2. Obrigações	4.007	13.196	(69,63)
Operacional	415	9.657	(95,70)
Contingencial	3.592	3.538	1,51
3. Fundos não Previdenciais	5.906	5.504	7,30
Fundos Administrativos	5.876	5.488	7,07
Fundos dos Investimentos	30	16	89,44
5. Ativo Líquido (1-2-3)	634.802	633.328	0,23
Provisões Matemáticas	636.456	630.170	1,00
Superávit/Déficit Técnico	(1.654)	3.158	(152,37)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(1.654)	3.158	(152,37)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(7.402)	(7.515)	(1,50)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(9.056)	(4.357)	107,85

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. Ativos	316.451	316.474	(0,01)
Disponível	6	0	0,00
Recebível	14.635	13.799	6,06
Investimento	301.810	302.675	(0,29)
Fundos de Investimento	297.164	297.883	(0,24)
Empréstimos	4.646	4.792	(3,05)
2. Obrigações	2.251	5.709	(60,57)
Operacional	1.727	5.185	(66,69)
Contingencial	524	524	0,00
3. Fundos não Previdenciais	12.059	11.076	8,88
Fundos Administrativos	10.374	9.689	7,07
Fundos de Investimentos	1.685	1.387	21,49
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	302.141	299.689	0,82
Provisões Matemáticas	276.213	275.974	0,09
Superávit/Déficit Técnico	25.925	23.715	9,32
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	25.925	23.715	9,32
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(7.325)	(7.354)	(0,39)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	18.600	16.361	13,68

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2018	Exercício 2017	Vari�o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	949.597	933.457	1,73
1. Adi�oes	91.505	103.749	(11,80)
(+) Contribui�es Previdenciais	5.419	6.445	(15,92)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	79.616	92.999	(14,39)
(+) Receitas Administrativas	5.273	2.737	92,66
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	885	1.402	(36,88)
(+) Constitui�o de Fundo de Investimentos	312	166	87,95
2. Destina�es	(86.197)	(87.609)	(1,61)
(-) Benefícios	(81.058)	(83.374)	(2,78)
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(53)	(164)	(67,68)
(-) Despesas Administrativas	(5.086)	(4.071)	24,93
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	5.308	16.140	(67,11)
(+/-) Provisões Matemáticas	6.525	3.663	78,13
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(2.602)	12.243	(121,25)
(+/-) Fundos Administrativos	1.073	68	1.477,94
(+/-) Fundos dos Investimentos	312	166	87,95
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	954.905	949.597	0,56

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	633.328	619.223	2,28
1. Adi�es	56.706	67.043	(15,42)
(+) Contribui�es	3.829	4.396	(12,90)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	52.877	62.647	(15,60)
2. Destina�es	(55.233)	(52.938)	4,34
(-) Benefícios	(54.617)	(52.216)	4,60
(-) Constitui�o Líquida de Contingências- Gestão Previdencial	(54)	(133)	100,00
(-) Custeio Administrativo	(562)	(589)	(4,58)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.473	14.105	(89,56)
(+/-) Provisões Matemáticas	6.285	15.302	(58,93)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(4.812)	(1.198)	301,67
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	634.801	633.328	0,23
C) Fundos não previdenciais	5.506	5.504	0,04
(+/-) Fundos Administrativos	5.476	5.488	(0,22)
(+/-) Fundos dos Investimentos	30	16	87,50

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	299.689	297.888	0,60
1. Adi�es	29.266	33.452	(12,52)
(+) Contribui�es	2.527	3.100	(18,48)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	26.739	30.352	(11,91)
2. Destina�es	(26.816)	(31.652)	(15,28)
(-) Benefícios	(26.441)	(31.157)	(15,14)
(-) Constitui�o de Contingências	0	(32)	100,00
(-) Custeio Administrativo	(375)	(463)	(19,01)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.450	1.800	36,04
(+/-) Provisões Matemáticas	240	(11.640)	(102,06)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	2.210	13.440	(83,56)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	302.139	299.688	0,82
C) Fundos não previdenciais	12.059	11.076	8,88
(+/-) Fundos Administrativos	10.374	9.689	7,07
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.685	1.387	21,49

Demonstração das Provisões Técnicas por Plano

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	638.838	646.539	(1,19)
1. Provisões Matemáticas	636.455	630.170	1,00
1.1. Benefícios Concedidos	610.737	603.018	1,28
Benefício Definido	610.737	603.018	1,28
1.2. Benefício a Conceder	25.718	27.152	(5,28)
Benefício Definido	25.718	27.152	(5,28)
2. Equilíbrio Técnico	(1.654)	3.158	(152,37)
2.1. Resultados Realizados	(1.654)	3.158	(152,37)
Superávit Técnico Acumulado	0	3.158	(100,00)
Reserva de Contingência	0	3.158	(100,00)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.654)	0	0,00
3. Fundos	30	16	87,50
3.2. Fundos de Investimentos- Gestão Previdencial	30	16	87,50
4. Exigível Operacional	415	9.657	(95,70)
4.1. Gestão Previdencial	412	388	6,19
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	3	9.269	100,00
5. Exigível Contingencial	3.592	3.538	1,53
5.1. Gestão Previdencial	3.592	3.538	1,53

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	306.080	306.785	(0,23)
1. Provisões Matemáticas	276.213	275.974	0,09
1.1. Benefícios Concedidos	157.655	127.378	23,77
Benefício Definido	157.655	127.378	23,77
1.2. Benefício a Conceder	118.558	148.596	(20,21)
Contribuição Definida	78.718	98.428	(20,02)
Saldo de Contas- Parcela Patrocinadores	14.516	17.135	(15,28)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	64.202	81.293	(21,02)
Benefício Definido	39.840	50.168	(20,59)
2. Equilíbrio Técnico	25.925	23.715	9,32
2.1. Resultados Realizados	25.925	23.715	9,32
Superávit Técnico Acumulado	25.925	23.715	9,32
Reserva de Contingência	25.925	23.715	9,32
3. Fundos	1.685	1.387	21,49
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	1.685	1.387	21,49
4. Exigível Operacional	1.733	5.185	(66,58)
4.1. Gestão Previdencial	1.727	1.641	5,24
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	3.544	100,00
5. Exigível Contingencial	524	524	0,00
5.1. Gestão Previdencial	524	524	0,00

Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa - PGA

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.177	15.109	0,45
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.158	4.140	48,73
1.1. Receitas	6.158	4.140	48,73
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	938	1.051	(10,78)
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.219	1.028	310,36
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	110	119	(7,56)
Resultado Positivo dos Investimentos	885	1.403	(36,90)
Outras Receitas	6	539	(98,89)
2. Despesas Administrativas	(5.085)	(4.072)	24,88
2.1. Administração Previdencial	(3.209)	(2.636)	21,74
Pessoal e Encargos	(1.596)	(1.555)	2,64
Treinamento/congressos e seminários	(76)	(109)	(30,28)
Viagens e estadias	(29)	(32)	(9,38)
Serviços de terceiros	(964)	(501)	92,42
Despesas gerais	(256)	(223)	14,80
Depreciações e amortizações	(55)	(52)	5,77
Tributos	(233)	(164)	42,07
2.2. Administração dos Investimentos	(1.876)	(1.436)	30,64
Pessoal e encargos	(878)	(810)	8,40
Treinamento/congressos e seminários	(51)	(70)	(27,14)
Viagens e estadias	(19)	(20)	(5,00)
Serviços de terceiros	(570)	(243)	134,57
Despesas gerais	(166)	(149)	11,41
Depreciações e amortizações	(37)	(35)	5,71
Tributos	(155)	(109)	42,20
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	1.073	68	1.472,15
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.073	68	1.472,15
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	16.250	15.177	7,07

Demonstração das Despesas Administrativas

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Varição (%)
Pessoal e encargos	2.474.716,68	2.365.348,22	9,60
Pessoal Próprio	2.474.716,68	2.318.341,92	6,75
Pessoal Cedido	0	47.006,30	0
Serviços de Terceiros	1.534.061,72	744.308,67	106,11
Consultoria Atuarial	162.417,20	156.811,20	3,57
Consultoria Jurídica	959.912,79	274.271,31	249,99
Recursos Humanos	40.250,13	28.090,28	43,29
Informática	290.816,27	237.377,21	22,51
Consultoria Contábil	29.388,00	25.992,00	13,07
Consultoria de Investimentos	51.277,33	21.766,67	135,58

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação BANEBA de Seguridade Social- BASES ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação BANEBA de Seguridade Social- BASES e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar- PREVIC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

As Resoluções CNPC n.ºs 15 e 16, de 19.11.2014, estabeleceram novas regras a partir do balanço do exercício 2015, relativos às condições e procedimentos relacionados à solvência dos planos de benefícios, assim resumidos:

- (i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;
- (ii)- estabelecido o conceito de "duração do passivo", que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;
- (iii)- novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do "Ajuste de Precificação" dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à "duração do passivo", ao "ajuste de precificação de títulos públicos" e ao "equilíbrio técnico ajustado" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório, emitido em 15 de março de 2018, não continha modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador- BA, 18 de março 2019.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – BA

Paulo de Tarso M. Malta Jr
Contador – CRC-PE – 0018346/O – “S” – BA

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL - BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 21 (vinte e um) dias do mês de março de 2019, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2018, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuária e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente   aprova o das Demonstrac es Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2018.

Salvador (BA), 21 de março de 2019.

Hilda Maria Ribeiro Chagas
Presidente

Dijalma Pacheco dos Santos
Conselheiro

Manifesta o do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDA O BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES, no cumprimento de suas atribui es, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2019, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2018, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprova o do Relatório Anual e Presta o de Contas, contidos nas Demonstrac es Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2018.

Salvador (BA), 22 de março de 2019.

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira
Presidente

Antonio Carlos Nascimento de Almeida
Conselheiro

Ant nio Martins Neto
Conselheiro

José Gomes do Prado Filho
Conselheiro

Min ia Rubia dos Reis Xavier
Conselheira

Nelson Ney Pires Gomes Santana
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2018

Publicação produzida pela área de Comunicação da Fundação BASES e dirigida a seus participantes ativos e assistidos.

RESPONSÁVEL

Eliana Gentili (MTBA n.º 2694)

Analista de Comunicação



bases
FUNDAÇÃO BANEB DE
SEGURIDADE SOCIAL

Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar,
Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador- BA

Seguridade

71 3319-6301
71 3319-6302
71 3319-6303
71 3319-6304

Empréstimo

71 3319-6310
71 3319-6313

Diretoria

71 3319-6300

www.facebook.com/fundacaobases
www.instagram.com/fundacao.bases
www.bases.org.br